

**O SINGULAR: UMA PEDRA NO CAMINHO DOS
TEÓRICOS DA LINGUAGEM**

KANAVILLIL RAJAGOPALAN
(DL/IEL/UNICAMP)

ABSTRACT *After a brief examination of some of the major theories of reference propounded from Frege's pioneering work onwards, it is argued that the singular is that which invariably escapes every attempt to pin it down by means of the familiar resources available to language users and, naturally therefore, also that which defies every attempt by the language theorist to represent it within the framework of a formal theory.*

Non-denoting singular terms have been a prime stimulus, or irritant, to students of the use and formal representation of language.

- Tyler Burge

It will therefore only be in language that the limit can be drawn, and what lies on the other side of the limit will simply be non-sense.

- Wittgenstein

A palavra *singular* se encontra em oposição lexical a palavras como *plural*, *universal*, *comum*, *genérico*, e assim por diante. Como não podia deixar de ser de outra forma, dependendo de qual termo escolhermos como termo oposto, o conceito de singularidade adquire matizes diferentes de significação. Entretanto, é possível verificar um denominador comum ao uso do termo em todas as suas variantes: trata-se da idéia de que estamos nos referindo a algo único, ímpar, algo que possui atributos exclusivos que o distinguem dos seus similares dentro do mesmo gênero etc. Ora, vista desta forma, a singularidade é, antes de mais nada, uma questão metafísica, isto é, diz respeito ao que há.

Não é de estranhar, portanto, que a questão da singularidade tenha ocupado lugar de destaque nas atenções dos filósofos desde os primórdios da civilização. Na Grécia antiga, os assim-chamados filósofos “pré-socráticos”, mais especificamente, aqueles que formam a chamada “Escola de Mileto”, a saber, Tales, Anaximandro, e Anaxímenes, incumbiram-se da tarefa de identificar o princípio de tudo. Estavam procurando o *arkhé*, o princípio máximo que, ao mesmo tempo, resumisse a gênese e o destino do universo, da natureza – aquilo que os gregos denominavam *physis*.

A história da filosofia pode ser, de certa forma, entendida como a procura incessante do *arkhé*. As diferenças entre as sucessivas gerações, e entre diversas correntes de uma mesma geração de pensadores, resumiram-se, em última análise, a uma diferença sobre o que deve ter havido no princípio e como princípio regulador de todas as coisas. Quando um filósofo (Tales, no caso) postula que tudo se origina da água, ou seja, que todas as coisas existentes têm como único princípio a água, está afirmando também que uma metafísica, por mais modesta ou parcimoniosa que fosse, não teria como evitar reconhecer a existência da água enquanto elemento básico. Da mesma forma, quando Empédocles afirma que são quatro (a água, o ar, o fogo, e a terra) os elementos e não um único, está postulando quatro singularidades distintas e, ao fazer isso, ampliando seu compromisso ontológico, isto é, a aposta quanto à quantidade mínima de “coisas” que são necessárias para descrever o mundo real. Não é difícil convencer-se de que, de Empédocles para a química moderna, com seus cento e tanto elementos atômicos (o número exato, como se sabe, tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas), pode-se verificar a mesma vocação – a saber, a de determinar a quantidade exata de elementos básicos da natureza, e a especificidade, enfim, a singularidade, de cada um deles.

É fácil perceber também que a preocupação milenar com a singularidade de cada um dos objetos com os quais lidamos passa necessariamente pela oposição “realidade vs. aparência”. Isso decorre do fato de que a questão ontológica nunca está totalmente desvinculada da questão epistemológica, a despeito de todas as afirmações em contrário. Os realistas costumam defender sua posição filosófica a partir do postulado de que a ontologia em nada depende da epistemologia. De acordo com Platão, o mundo real seria composto pelas “formas” (*eidos*), entes abstratos, sendo o mundo material mera aparência. Com efeito, Platão autorizava uma proliferação desenfreada de singularidades.

“Ser é ser o valor de uma variável” (Em inglês, “*To be is to be the value of a variable*”). O autor dessa frase memorável é o filósofo-lógico norte-americano Willard Van Orman Quine (1960). Com a fórmula lapidar, Quine busca solucionar o desafio ontológico de dimensões hamletianas: como evitar que os entes proliferem sem controle ou, como ele mesmo descreve sua árdua tarefa, como usar “a navalha de Occam” para aparar “a barba de Platão” ? Quine (1953 [1967]) chega a propor uma “parcimônia ontológica” em moldes franciscanos, pois, para ele, o que há mesmo são as variáveis x , y , z etc. Quando traduzidos para a linguagem da lógica simbólica, a suposta singularidade dos objetos revelar-se-ia mero atributo. Por exemplo, no mundo da lógica, não seria necessário postular a existência do próprio Quine, nem negar a existência do unicórnio (o bicho de estimação, o mascote, dos filósofos e lógicos). Utilizando o operador “ ι ” (iota), introduzido originalmente por Russell e posteriormente

aperfeiçoado por Church, operador este que transforma uma sentença aberta em uma descrição definida, o primeiro caso, o da existência de Quine, pode ser representado como

($\exists x$) Qx

Cria-se, dessa forma, um predicado chamado “ser Quine” (representado pela letra “Q”) ou, se quiser, um novo atributo a ser chamado “quinidade”, que se atribui a uma variável qualquer. A única diferença interessante do ponto de vista da lógica entre a fórmula acima e

($\exists U$) Ux

onde a letra “U” representa o predicado “ser unicórnio” estaria em que uma sentença fechada que contém “($\exists x$) (Qx)” pode ser verdadeira ou falsa, dependendo do que se diz a respeito do “x”, ao passo que qualquer afirmação feita a respeito do “Ux” seria, como se diz, “vacuamente verdadeira” (vacuously true). Para Quine, então, o que importa mesmo é achar um critério para identificar o compromisso ontológico assumido por uma teoria, ou seja, não se pode levantar a questão do compromisso ontológico no interior de uma teoria. O que há, é, para Quine, simplesmente, o que uma teoria verdadeira afirma haver.

A proposta quineana de povoar o mundo da lógica apenas com variáveis nominais, tornando a singularidade dos indivíduos proveniente da atribuição de predicados, pode parecer um tanto estranha à primeira vista. Porém, tal solução conta com alguns precedentes bastante conhecidos na história da filosofia da lógica. É sabido, por exemplo, que Quine sofreu grande influência de Russell que, distanciando-se neste sentido de Frege, havia defendido uma distinção entre dois modos de conhecer os objetos no mundo: “conhecimento direto” (*knowledge by acquaintance*) e “conhecimento mediante uma descrição” (*knowledge by description*). O que torna crucial essa distinção entre as duas formas de conhecimento é que, para Russell (1911), os objetos de conhecimento direto eram sempre “nomes logicamente próprios” (*logically proper names*). O advérbio *logicamente* é importante porque, dentro do arcabouço russelliano, os nomes próprios da língua natural (identificados pelas gramáticas tradicionais) pertenceriam à mesma classe à qual pertencem as descrições definidas do tipo “O atual Rei da Tasmânia” ou “O dono do maior restaurante no trecho entre Aparecida e Volta Redonda da Rodovia Presidente Dutra”. Os nomes *logicamente* próprios, estes sim, pertenceriam a uma classe à parte.

Quais são, então, os nomes logicamente próprios? Diz-se que, ao ser confrontado com tal indagação, Russell sempre achava um jeito de mudar de assunto, ao invés de ter que fornecer um exemplo concreto. O fato é que acreditar em nomes logicamente próprios, como recomenda Russell, é um ato de fé. Um ato de fé que necessitaria de um conjunto de idéias preconcebidas sobre o mundo, a linguagem, a precedência e independência do primeiro em relação à segunda etc. Um ato de fé, acima de tudo, na existência de singularidades, como também na possibilidade de a elas se referir sem desacertos.

A posição de Russell pode ser contrastada, com proveito, com a de Frege, que lhe é cronologicamente antecedente. Na verdade, boa parte da polêmica entre os dois pode ser creditada a posições diferentes em relação à possibilidade ou não de se referir a um objeto sem a intermediação de um objeto lingüístico (digamos, uma palavra ou um sintagma nominal mais complexo). Frege (1892) havia sido taxativo em sua afirmação de que só haveria *Bedeutung* (referência) se antes houvesse *Sinn* (sentido). O único acesso possível ao mundo real e externo à língua seria através dos sentidos que não são, é importante que lembremos, objetos psicológicos, mas, sim, objetos genuinamente lingüísticos e, enquanto tais, perfeitamente “objetivos” e “públicos” na concepção fregueana. Ou seja, para Frege, sentidos sem seus referentes correspondentes eram perfeitamente factíveis, mas jamais referentes sem sentidos. Afinal, essa condição é crucial para que um enunciado do tipo “O atual Rei da França é calvo” possa ter um sentido garantido e pronto, independentemente do momento da enunciação, enquanto que sua referência (ou seja, seu valor veritativo) só pode ser calculado, levando-se em conta se, no momento em que foi efetivamente enunciado, havia ou não alguém satisfazendo a descrição definida “o atual Rei da França”.

Que os nomes próprios como “Sócrates” e “Slobodan Milosevic” possuem sentidos e que estes seriam idênticos aos sentidos associados a descrições definidas co-referentes (isto é, segundo o conhecimento dos falantes) é posição compartilhada por Frege e Russell, a despeito de todas as diferenças entre eles. Quine é, com certeza, herdeiro dessa tradição. Do lado oposto estão John Stuart Mill (1843), para quem nomes próprios apenas teriam denotações (faltando-lhes “conotações” – termo este usado por Mill, em vez de “sentidos”); Paul Ziff (1960), que prefere sumariamente descartá-los como não fazendo parte da linguagem, e Saul Kripke (1972), que considera-os “designadores rígidos” (*rigid designators*) que estariam ligados aos respectivos objetos, através de uma cadeia de ligações causais. A idéia em torno da qual parece haver um certo consenso entre os teóricos é a de que os nomes próprios são uma categoria que pede tratamento diferenciado.

O caráter problemático do nome próprio foi salientado por Kaplan (1978), em uma série de trabalhos sobre o conceito de *Dthat*. A questão básica é, no entender de Kaplan, resumida na seguinte pergunta que ele levanta ao discutir a tese de Donnellan (1966) de que haveria dois usos das descrições definidas, a saber, o uso atributivo e o uso referencial, e que tanto Frege como Russell teriam deixado de perceber tal distinção. Diz Kaplan (1978: 233); “Se apontar pode ser entendido como uma forma de descrever, por que não entender descrever como uma forma de apontar?”. *Dthat* seria, segundo esse teórico, o que falta à língua inglesa para que o problema de referência pudesse ser resolvido de uma vez por todas, uma vez que o pronome dêitico *that*, do inglês, da mesma forma que os pronomes equivalentes em outros idiomas, não consegue distinguir com exclusividade a singularidade de um objeto ao qual se refere. Ou seja, há sempre a possibilidade de um mal-entendido no uso da expressão dêitica *that*. Quando um falante emprega a palavra *that* na presença de uma mesa, não quer dizer necessariamente que ele esteja se referindo à mesa, pois pode perfeitamente estar se referindo ao plano liso da superfície da mesa, ou a qualquer parte do móvel (e não o todo), ou ainda, pode estar se referindo à matéria prima utilizada na sua fabricação, digamos, um novo material sintético recém-lançado no mercado. Ou seja, o pronome *that* padece daquilo que Quine

(1968 [1971]) chama “a inescrutabilidade de referência”. *Dthat* estaria à disposição do falante do inglês precisamente para evitar que ocorra qualquer indefinição nesse sentido. *Dthat* seria o pronome que discriminaria cada objeto e cada aspecto de cada objeto. Em outras palavras, *Dthat* deixaria de ser um pronome, adquirindo o papel invejável do nome próprio perfeito, o meio de nomeação infalível por excelência (Seria, necessário, o uso de numerais para enumerar cada *Dthat*).

A possibilidade ou não de se referir de forma exclusiva a entes singulares depende da necessidade ou não de recorrer ao uso de meios publicamente disponíveis para que se faça referência a tais objetos singulares. É por este motivo que o famoso argumento de Wittgenstein (1953) contra a possibilidade de uma linguagem privada, ou seja uma linguagem acessível a único usuário, tem como uma das premissas a posição de que o usuário não tem como mencionar entes singulares se não mediante o uso de termos genéricos, isto é, termos que teriam em sua extensão, pelo menos em potência, outros entes. Como se sabe, Wittgenstein, ao argumentar contra a possibilidade de uma linguagem privada, apóia-se em sua própria distinção entre “hábitos” e “regras”. Um indivíduo, considerado isoladamente, pode ter determinados hábitos que podem ou não ser largados no decorrer do tempo, sem que isso levante a questão de certo ou errado. Para Wittgenstein, a questão de certo ou errado, de correto ou incorreto, só pode ser levantada quando estão em discussão regras e não hábitos, porque aquelas, em contraste com estes, pressupõem uma certa interação social, ou, se quiser, a existência de uma determinada comunidade de fala. Em outras palavras, nenhum indivíduo, contemplado isoladamente, pode violar uma regra no sentido rigoroso desse termo. Posto que falar uma língua implica, para Wittgenstein, comportar-se de acordo com certas regras preestabelecidas, e todas as regras seriam, por definição, socialmente disponíveis, não se pode pensar em uma forma de linguagem que seria de conhecimento de apenas um indivíduo. É interessante observar que o argumento de Wittgenstein também diz respeito a entes singulares – ou melhor, à possibilidade ou não de mencioná-los mediante o uso da linguagem. Posto que os sentidos são, conforme preconiza Frege, os modos de apresentação de referentes e, enquanto tais, objetivos (da mesma forma que pensamentos) e, por conseguinte, disponíveis a exame público, referentes sem sentidos correspondentes só podem ser pensados no contexto de uma linguagem privada.

O que se depreende do breve apanhado do modo como os filósofos, de orientações diversas, se posicionam diante do fenômeno do nome próprio é que todos eles invariavelmente percebem que se trata de algo no limite das possibilidades do arcabouço teórico-explicativo que cada um propõe. Todos, sem exceção, reconhecem que a singularidade é algo que desafia o próprio empreendimento da construção de teorias sobre a linguagem, razão pela qual os nomes próprios – objetos lingüísticos que se encarregam de representá-la - se revelam um tanto rebeldes à teorização no sentido forte desse termo (Isto é, dentro de uma certa concepção do que deve ser uma teoria). Em outras palavras, pensar a singularidade equivale a entrar na zona limítrofe do pensamento acerca da linguagem. Persistir em tal interrogação significa preparar o caminho para o próprio desmoronamento do empreendimento da teorização, do esforço de imobilizar a linguagem dentro da camisa-de-força de uma teoria totalizante.

O singular, em suma, é aquilo que sempre resiste a todas as tentativas de teorização, que sempre escapa e sobra, que no entanto sempre volta para assombrar as

teorias que, como sinal de capitulação, contentam-se em confiná-lo a um espaço do além.

Endereço eletrônico do autor: <rajan@panini.iel.unicamp.br >

Nota

Sou grato ao CNPq pela concessão da bolsa de produtividade Processo 306151/88-0.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DONNELLAN, K. (1966). 'Reference and definite descriptions'. *Philosophical Review*. 75. Pp. 281-304.
- FREGE, G. (1892). 'Über Sinn und Bedeutung'. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*. Vol. 100. Pp. 25-50.
- KAPLAN, D. (1978) 'Dthat'. In Cole, p. (Org.) *Syntax and Semantics Vol. 9. Pragmatics*. Nova Iorque: Academic Press. Pp.221-243.
- KRIPKE, S. (1972). 'Naming and necessity'. Em Davidson, D. e Harman, G. (Orgs.). *Semantics of Natural Language*. Dordrecht-Holland: Reidel. Pp.253-355.
- MILL, J.S. (1843). *A System of Logic*. Londres: Longman's.
- QUINE, W. V. O. (1953 [1967]). 'On what there is'. Em Cpoi, I.M. e Gould J.A, (Orgs.). *Contemporary Readings in Logical Theory*. Nova Iorque: The Macmillan Co. Pp. 165-178.
- _____. (1960). *Word and Object*. Nova Iorque; John Wiley.
- _____. (1968 [1971]). 'The inscrutability of reference'.Em Steinberg, D.D. e Jakobovits, L. A (Orgs.). *Semantics: An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics, and Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press. Pp. 142-156.
- RUSSELL, B. (1911). 'Knowledge by acquaintance and knowledge by description.' *Proceedings of the Aristotelian Society*. Vol. 11,. Pp. 108-128.
- WITTGENSTEIN, L. (1953). *Philosophical Investigations*. Londres: Blackwell.
- ZIFF, P. (1960). *Semantic Analysis*. Ithaca, Nova Iorque: Cornell University Press.